

# A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina

---

Taylor C. Boas<sup>1</sup>

## Resumo

Este capítulo examina a maneira como as ciências sociais explicam as ambições políticas e o sucesso eleitoral dos evangélicos na América Latina. Para eleger seus representantes, qualquer grupo recém-chegado à política precisa de três fatores: motivação, janelas de oportunidade e a capacidade de obter apoio eleitoral. Fatores relacionados a ameaças à liberdade de culto e à visão conservadora de mundo são os que melhor explicam a motivação dos evangélicos para participar da política. Com relação às oportunidades, os sistemas eleitoral e partidário parecem oferecer mais oportunidades de participação em alguns países do que em outros. E, finalmente, há um acúmulo significativo de evidências de que irmão tende, sim, a votar em irmão na região.

## Introdução

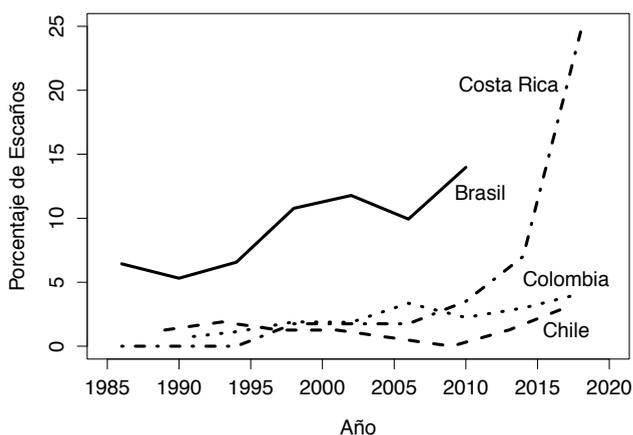
Para muitos analistas e comentaristas, 2018 parece ter sido o ano político dos evangélicos. Em janeiro, o pastor e cantor gospel Fabricio

---

1 Professor associado de Ciência Política na Universidade de Boston; Bacharel em Relações Internacionais e Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Stanford; Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e pós-doutorado pela Universidade de Notre Dame.

Alvorado venceu o primeiro turno das eleições na Costa Rica e seu partido conseguiu conquistar 25% das cadeiras no Congresso, transformando a Costa Rica no país com a maior bancada evangélica da região. Em julho, Andrés Manuel López Obrador ganhou no México com o apoio do Partido Encontro Social, socialmente conservador e principalmente evangélico, que alcançou 11% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Em novembro, o populista de direita Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil com um discurso moralizante e o apoio fervoroso de eleitores, pastores e políticos evangélicos. Esses e outros exemplos mostram a força eleitoral dos evangélicos, que é frequentemente analisada como um dos fatores mais relevantes na ascensão da direita na região.

FIGURA 1. Cadeiras Legislativas ocupadas por Evangélicos



Fonte: Elaboração do autor, com dados de Boas (2020), Velasco (2018) e Zúñiga (2018).

Embora o peso eleitoral dos evangélicos tenha aumentado em diferentes países da América Latina, é impressionante observar os níveis de variação transnacional e temporal na representação política desse grupo. A Figura 1 mostra a porcentagem de cadeiras legislativas ocupadas por evangélicos no Brasil, Chile, Colômbia e Costa Rica, quatro países frequentemente identificados como parte da onda de influência evangé-

lica na região. No Brasil, os evangélicos mantêm presença significativa nas últimas décadas, enquanto na Colômbia e no Chile, sua representação tem sido em níveis mais modestos. Por outro lado, a Costa Rica é outro caso de baixa representação evangélica até 2018, quando sua presença no Congresso alcançou uma proporção sem precedentes.

Como é que as ciências sociais têm explicado as ambições políticas e o sucesso eleitoral dos evangélicos na América Latina? Para resolver essa questão, este capítulo examina vários argumentos desenvolvidos na literatura existente. Um primeiro grupo concentra-se em fatores que podem politizar a identidade evangélica: teologia, influência de fiéis estrangeiros, luta pela liberdade religiosa e as questões relativas a valores morais. A segunda categoria examina o papel das normas eleitorais e dos sistemas partidários como entidades facilitadoras do acesso dos evangélicos ao poder. Finalmente, um terceiro grupo explora o tópico do comportamento do eleitor e, especificamente, como a religião de um candidato pode influenciar o voto.

## **1. A Politização**

A religião organizada constitui uma identidade de grupo, mas não automaticamente uma identidade política que pode motivar a participação eleitoral. Pelo contrário, alguns dos estudos clássicos sobre evangélicos na América Latina caracterizaram esse grupo como uma entidade explicitamente apolítica. Para Lalive d'Épinay (1969), o pentecostalismo no Chile serviu como “refúgio das massas”, isto é, uma maneira de se distanciar da sociedade. As igrejas pentecostais, caracterizadas por terem uma estrutura vertical de autoridade, reproduziam as relações sociais do clientelismo rural, com sua população subordinada que dependia do proprietário e participava de maneira limitada nos assuntos públicos.

A teologia pentecostal também tem sido vista como um fator tradicionalmente inibidor da participação política. Na teologia pré-milenista

dos primeiros pentecostais, o mundo era conceituado como uma “sala de espera” para a vida eterna (PÉREZ GUADALUPE, 2018 p. 37), de modo que a participação política se tornou uma distração da principal tarefa da evangelização (CAMPOS, 2010; CARVALHO, 2015; ORTIZ, 2012; PÉREZ GUADALUPE, 2018).

Para alguns autores, o crescimento do neopentecostalismo, com sua emblemática teologia pós-milenarista, desempenhou um papel importante no fomento das ambições políticas dos evangélicos. O pós-milenarismo sustenta que a tarefa dos cristãos é construir “o reino de Deus na Terra” em preparação para a segunda vinda de Cristo, uma crença que favorece a atividade política (CAMPOS, 2010; PÉREZ GUADALUPE, 2018). Em vários países da região, algumas das primeiras ou mais importantes incursões na política eleitoral foram realizadas por neopentecostais, como Efraín Ríos Montt na Guatemala, Humberto Lay e Julio Rosas no Peru, Salvador Pino Bustos no Chile, a maioria de políticos evangélicos na Colômbia (VELASCO, 2018) e da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no Brasil. No entanto, esse elemento é um fator mais constante do que variável na região, e, portanto, menos útil para explicar a variação transnacional na representação política dos evangélicos.

Outras explicações para a politização evangélica visam os elementos externos do movimento. Um primeiro exemplo é a influência estrangeira. Na imprensa popular, especialmente nos Estados Unidos, é comum sugerir que a direita cristã americana está desempenhando um papel importante nas ambições políticas dos evangélicos latino-americanos (BELL E TAJ, 2014; Fox News 2014). Alguns acadêmicos apoiaram argumentos semelhantes (CORRALES, 2018; ENCARNACIÓN, 2017; LEVINE, 1992 p. 360-361). No entanto, a grande maioria dos estudos acadêmicos manteve a visão oposta, ou seja, a influência estrangeira teve pouco impacto nas ambições políticas dos evangélicos latino-americanos ou simplesmente ajudou a suprimi-las. No Brasil, Chile e Colômbia, as primeiras incursões evangélicas na política eleitoral foram lideradas por denominações que nasceram no interior do país ou que alcançaram a inde-

pendência de seus fundadores estrangeiros, que geralmente promoviam a manutenção de um caráter apolítico. (FRESTON, 1993; GASKILL, 2002; MANSILLA E ORELLANA, 2016; MUNÉVAR, 2008). Por exemplo, no Panamá, o domínio do protestantismo pelo clero estrangeiro – principalmente concentrado na Zona do Canal – historicamente limitou as ambições políticas da comunidade evangélica (MORA TORRES, 2010). Por sua vez, na Guatemala, Ríos Montt contou com o apoio da direita cristã norte-americana e do governo Reagan depois de se tornar presidente (TUREK, 2015; ROSE E BROUWER, 1990 p. 44), mas esse apoio não influenciou sua decisão de ingressar na política uma década antes. Mesmo em épocas mais recentes do conflito sobre o aborto e os direitos LGBT, a ideia de que a influência estrangeira é um fator importante na mobilização política de evangélicos na América Latina foi rejeitada (SMITH, 2019).

Com relação aos fatores internos que podem explicar as ambições políticas dos evangélicos latino-americanos, vários estudos destacaram a importância de ter oportunidades de influenciar certas questões da política nacional por meio da participação em processos eleitorais. Historicamente, a luta pela liberdade religiosa é o tema que mais motivou a participação eleitoral evangélica. Em lugares onde os evangélicos enfrentam a ameaça de violência social ou uma Igreja Católica agressiva, e onde as eleições apresentam uma oportunidade de defesa contra tais ameaças, eles abandonam a atitude apolítica tradicional em busca da representação eleitoral.

No caso do Brasil, a eleição de 1986 para a Assembleia Constituinte foi identificada como o evento que iniciou a era moderna da presença evangélica no Congresso (CARVALHO, 2015; FRESTON, 1993; GASKILL, 2002; MARIANO E PIERUCCI, 1996). Na véspera dessa eleição, a igreja Assembleia de Deus (AD) abandonou sua posição apolítica tradicional e decidiu apresentar uma lista oficial de candidatos. Durante esse período, líderes e artigos da igreja publicados em seu órgão oficial citam a agenda constitucional da Igreja Católica – incluindo a suposta ameaça de designar o catolicismo como religião oficial do Estado – como a principal

motivação para prosseguir seus esforços políticos (FRESTON, 1993 p. 213; MARIANO E PIERUCCI, 1996 p. 209).

Por seu lado, o caso colombiano tem características semelhantes. De uma perspectiva histórica, os evangélicos colombianos desfrutavam de um nível reduzido de liberdade religiosa e, durante o período de La Violencia, foram alvo de vários ataques, assassinatos e ataques a suas igrejas (BRUSCO, 1999; FIGUEROA, 2016; FRESTON, 2001). Em 1991, tanto a eleição de uma assembleia constituinte quanto o surgimento de regras mais liberais para o registro de partidos ofereceram uma oportunidade de defender os interesses evangélicos através do caminho eleitoral. O Conselho Evangélico da Colômbia abandonou sua posição apolítica tradicional, criou um partido confessional e apresentou uma lista composta de pastores-candidatos, dois dos quais foram eleitos. Na assembleia constituinte, os representantes evangélicos alcançaram seu objetivo principal, a separação constitucional da Igreja e do Estado, e o sucesso dessa tarefa estimulou a participação evangélica nas eleições subsequentes (BELTRÁN E QUIROGA, 2016; ORTEGA, 2018).

O fator relacionado à liberdade religiosa também ajuda a entender os casos de baixa participação evangélica na política eleitoral. No Chile, após uma separação cordial entre Igreja e Estado em 1925, as ambições políticas da Igreja Católica eram muito mais modestas do que no Brasil, limitando a possibilidade de que os evangélicos se sentissem ameaçados. Além disso, a constituição atual, elaborada por um comitê nomeado por Pinochet e aprovada pelo plebiscito, fechava qualquer oportunidade de participação em eleições para influenciar os processos constitucionais. Alguns projetos de leis ordinárias que afetam a liberdade religiosa motivaram uma participação eleitoral limitada, mas nenhum evangélico foi eleito como resultado desses esforços (BOAS, 2020; WILLEMS, 1967; FEDIAKOVA, 2004; FEDIAKOVA E PARKER, 2006; MANSILLA E ORELLANA, 2016).

Apesar da importância histórica das ameaças à liberdade religiosa, nos últimos anos, questões relacionados a valores morais acabaram sendo mais relevantes para a participação eleitoral evangélica. Embora

essas questões não representem uma ameaça existencial para os evangélicos, como as restrições à liberdade de culto, certos grupos conservadores os percebem como um ataque a seu estilo de vida tradicional, realizado em grande parte por uma sociedade cada vez mais progressista e secular.

Nesse sentido, na Colômbia, a rejeição de uma série de decisões judiciais progressistas sobre questões de valor moral lançou uma segunda onda de mobilização evangélica eleitoral a partir dos anos 2000. Em pouco tempo, o Tribunal Constitucional descriminalizou parcialmente o aborto, legalizou o casamento homossexual e a adoção homoafetiva, além disso, permitiu a mudança de gênero nos documentos de identidade, proibiu a discriminação com base na orientação sexual ou na identidade de gênero e forçou o Ministério da Educação a rever a apresentação de gênero e sexualidade nos materiais curriculares (ORTEGA, 2018, RODRÍGUEZ, 2017). Em 2017, a senadora evangélica Viviane Morales tentou apelar à opinião pública, propondo um referendo nacional sobre casamento homossexual, mas seu esforço acabou bloqueado pelo Congresso. Assim, essas perdas em questões relacionadas a valores foram o motor de um aumento sem precedentes em termos do número de candidatos evangélicos durante as eleições de 2018 (ORTEGA, 2018; VELASCO, 2018).

Da mesma forma, uma onda de leis progressistas levou a uma mobilização evangélica para as eleições de 2017 no Chile. Até a década de 2010, havia um avanço limitado em questões de valor no país. Os líderes evangélicos não sentiram uma ameaça à sua visão conservadora de mundo e, portanto, pouco fizeram para promover a participação eleitoral de seus seguidores. A situação mudou radicalmente durante a segunda presidência de Michelle Bachelet (2014-2018), quando foram legalizados o aborto em três situações e as uniões civis homossexuais, e foram apresentados projetos de lei para permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção homoafetiva, além de fortalecer o direitos dos transgêneros. Em resposta a essa bateria legislativa pro-

gressista, os evangélicos se mobilizaram politicamente pela primeira vez de maneira organizada. Pelo menos 32 candidatos evangélicos concorreram ao Congresso em 2017, e 4 deles foram eleitos, em comparação com 10 candidatos – nenhum eleito – nas eleições anteriores. Além disso, uma nova iniciativa interpartidária, Por um Chile para Cristo, promoveu uma lista dos 14 dos candidatos mais conservadores (BOAS, 2020).

Diferentemente do Chile, o conflito sobre questões de valor chegou mais cedo ao Brasil. Esse processo ajudou a manter uma forte mobilização eleitoral de evangélicos depois que as ameaças à liberdade de religião diminuíram. O aborto e os direitos LGBT foram objeto de debate na Assembleia Constituinte Brasileira de 1987 a 1988 (BOAS, 2020). A bancada evangélica que inicialmente se mobilizou para se opor à agenda católica acabou se unindo a católicos conservadores em um esforço compartilhado para derrotar propostas progressistas em ambas os temas (FREESTON, 1993; SYLVESTRE, 1988 p. 33-34). Nos anos 2000, as questões de valor se tornaram a principal motivação para a participação política evangélica. Questionados sobre suas atitudes em relação à política eleitoral no período 2011-2012, os líderes e políticos evangélicos mencionaram frequentemente a importância de defender os valores religiosos tradicionais contra projetos liberais e secularizantes (MACHADO E BURITY, 2014).

## **2. Os Sistemas Eleitorais e Partidários**

Se os evangélicos estiverem motivados a buscar representação eleitoral, o sucesso de seus esforços dependerá em parte da permissividade do sistema eleitoral e das características do sistema partidário em relação à entrada de novos participantes. Como um grupo inicialmente excluído da política, os evangélicos que procuram se eleger devem primeiro encontrar espaço nas listas dos partidos. As regras institucionais determinam quantos partidos apresentarão candidatos, qual porcenta-

gem é viável, quão difícil é registrar um novo partido, quantos candidatos competem por cada partido ou coalizão e quão competitivas são as eleições. Particularmente, sistemas de representação proporcional com listas abertas e distritos de alta magnitude são frequentemente vistos como regras do jogo político que favorecem a participação e a possível eleição de evangélicos. Quando os votos preferenciais contribuem para o total do partido, os líderes do partido têm um incentivo para diversificar suas listas e, em distritos de alta magnitude, há mais candidatos para distribuir entre representantes de diferentes grupos, incluindo comunidades religiosas.

Um grande número de analistas sustenta que o sistema eleitoral legislativo é uma das razões subjacentes à significativa representação evangélica no Brasil e sua baixa representação no Chile (FEDIAKOVA E PARKER, 2006; FRESTON, 1993; 2001; GASKILL, 2002). Na versão brasileira de representação proporcional com listas abertas, cada estado é um distrito legislativo, onde são eleitos entre 8 e 70 congressistas. Por outro lado, o sistema chileno que governou entre 1989 e 2013 elegeu apenas 2 congressistas por distrito. A reforma de 2017 aumentou esse número, variando entre 3 e 8 cadeiras por distrito.

Os sistemas partidários também podem determinar a possibilidade de evangélicos politicamente ativos ganharem uma cadeira no Congresso. Dessa forma, sistemas com altos níveis de fragmentação apresentam mais opções para candidatos de partidos consolidados. Por sua vez, também facilitam a formação de novos partidos. Também é importante considerar o nível programático dos partidos. Em um sistema de partidos personalistas ou clientelistas sem uma definição ideológica clara, haverá mais partidos abertos à participação de candidatos evangélicos, desde que eles forneçam força eleitoral e recursos econômicos e materiais.

De acordo com vários analistas, os sistemas partidários existentes no Brasil e no Peru – altamente fragmentados e pouco programáticos – favorecem a representação evangélica (FRESTON, 1993; LÓPEZ, 2004;

PÉREZ GUADALUPE, 2017 p. 122; WILLEMS, 1967 p. 221, 225). Por outro lado, o sistema chileno – institucionalizado e ideologicamente bem definido – é rígido como um obstáculo para os evangélicos, uma vez que o processo de construção de espaços e oportunidades dentro do *establishment* político é mais complexo (FEDIAKOVA. 2002; FEDIAKOVA E PARKER. 2006; FRESTON. 2001; WILLEMS, 1967 p. 221, 225). No caso da Costa Rica, Zúñiga (2018) argumenta que o colapso do sistema bipartidário tradicional permitiu uma abertura para partidos evangélicos.

Não obstante o exposto, os argumentos que apontam para o efeito dos sistemas eleitoral e partidário na representação evangélica são limitados pela existência de outras possíveis explicações teóricas que operam simultaneamente. A maioria dos argumentos institucionais compara diferentes países em vez de examinar evidências subnacionais. Uma exceção a isso é apresentada por Boas (2020), que analisa como a presença evangélica nas listas partidárias varia entre estados brasileiros com diferentes níveis de fragmentação partidária e tamanho dos distritos legislativos. Essa análise, que mantém constantes fatores nacionais que podem influenciar a representação evangélica, mostra que os evangélicos se candidatam com mais frequência em estados onde há menos cadeiras em jogo e em que eles também têm menos fragmentação partidária. Portanto, a análise subnacional do caso brasileiro questiona os argumentos tradicionais sobre a relação entre instituições e representação política evangélica.

Além disso, mudanças que afetam o sistema eleitoral e as regras de registro de partidos também são fatores que podem ajudar a entender o fenômeno. Em 2003, a Colômbia implementou uma reforma abrangente que buscava reduzir a fragmentação e a personalização da política e do sistema partidário. Sob as novas regras, um senador evangélico veterano perdeu seu assento e cinco dos seis partidos evangélicos personalistas perderam seu registro (BELTRÁN E QUIROGA, 2016; ORTEGA, 2018; VELASCO, 2018). Por outro lado, a reforma eleitoral chilena de 2015, que aumentou o tamanho dos distritos e o número

total de congressistas, coincide com um aumento no número de candidatos e deputados evangélicos. No entanto, é difícil separar o efeito dessa mudança institucional do efeito das leis progressistas sobre questões de valor que foram promulgadas durante o mesmo período (BOAS, 2020).

### **3. O Comportamento Eleitoral**

Uma vez que os evangélicos estão motivados a se candidatar a posições de representação pública e conseguem ser candidatos incluídos em uma lista, o último passo antes de serem eleitos é a obtenção de apoio eleitoral nas pesquisas. A partir daí, surge a questão do efeito da religião de um candidato sobre o comportamento dos eleitores, especialmente os eleitores de denominação evangélica. Alguns autores expressaram ceticismo quanto à máxima de que um “irmão vota em irmão”. Por exemplo, López (2004) e Barrera (2006) sustentam que não há voto evangélico no Peru, porque o número total de votos expressos a favor de candidatos evangélicos está abaixo do número de eleitores evangélicos. Da mesma forma, Pérez Guadalupe (2017) sustenta que as grandes flutuações na porcentagem de votos que os candidatos evangélicos obtêm em eleições consecutivas são evidência de que não há voto evangélico.

A maioria dos argumentos de natureza cética sobre o voto cor-religionário pressupõe que, se “irmão vota em irmão”, a religião de um candidato ou a recomendação de um pastor é decisiva para quase toda a comunidade de eleitores evangélicos. Por exemplo, Pérez Guadalupe (2018 p. 47) argumenta que, para ter um “voto confessional” a favor dos candidatos evangélicos, deve haver um “público cativo que vote incondicionalmente por razões religiosas”. Definido assim, é certo que não há voto denominacional na América Latina – mas também não haveria voto sindical, étnico ou mesmo partidário se aplicássemos o mesmo critério a essas outras formas de identificação de grupo. Décadas de pesquisa mostram que a filiação partidária de um candidato pode in-

fluenciar a decisão de um indivíduo de votar sem ser decisivo para cem por cento de seus militantes. Da mesma forma, a religião de um candidato pode ser um fator importante para o comportamento eleitoral dos fiéis, sem determinar a decisão de voto de todos eles. Portanto, a questão relevante não é se todos os eleitores evangélicos – ou mesmo a maioria – apoiam um candidato evangélico. Pelo contrário, o que é relevante é se esse candidato ganha mais apoio de seus correligionários do que um candidato que é semelhante em outros aspectos, mas não é evangélico.

Estudos que usam dados de pesquisas para examinar o comportamento eleitoral nas eleições com candidatos evangélicos sugerem que “irmão tende, sim, a votar em irmão”. No Brasil, os eleitores evangélicos estavam mais propensos do que os não evangélicos a apoiar candidatos evangélicos nas eleições presidenciais de 2002, 2010 e 2014 e nas eleições para governador de São Paulo em 1994 (BOHN, 2004; GASKILL, 2002; SMITH, 2019). Na Costa Rica, pesquisas sugerem que os eleitores da denominação evangélica têm mais probabilidade de apoiar Fabricio Alvarado do que aqueles de outras religiões (MURILLO, 2018). Da mesma forma, em uma análise de cinco eleições presidenciais em diferentes países da América Latina, Boas e Smith (2015) argumentam que, quando os eleitores evangélicos têm a opção de votar em um candidato evangélico, fazem-no em maior medida que os eleitores católicos.

Com foco nas eleições legislativas, Boas (2018) utiliza uma análise ecológica para examinar a relação entre a proporção evangélica da população e o voto em candidatos evangélicos no nível municipal no Chile, Peru e Brasil. Os resultados mostram que, em cada país, os candidatos evangélicos tendem a ganhar mais votos em locais onde vive uma proporção maior de eleitores evangélicos. Embora a relação estatística seja mais robusta no Brasil, moderada no Peru e mais fraca no Chile, isso corresponderia à presença evangélica no Congresso Nacional de cada país. Assim, nesses três casos, diferenças transnacionais em relação à tendência de apoiar eleitoralmente os candidatos evangélicos podem

ser fatores explicativos para entender as diferenças na representação política evangélica.

Outra maneira de examinar o efeito da religião de um candidato no comportamento eleitoral é empregar métodos experimentais usando situações. Elas perguntam sobre a intenção de votar em candidatos fictícios, gerando perfis de candidatos em que apenas a denominação religiosa varia aleatoriamente. Usando essa técnica, Boas (2016, 2018) encontra evidências de que os evangélicos tendem a votar em candidatos evangélicos no Brasil, Chile e Peru. Em outro estudo do Brasil, Boas (2014) mostra que um candidato que usa o título de “pastor” em seu nome na urna, recebe uma proporção maior de votos entre os cidadãos evangélicos e, particularmente, daqueles com denominação pentecostal.

Embora exista uma grande variedade de evidências a favor do fenômeno “irmão voto em irmão” no Brasil, o voto evangélico nesse país parece ser principalmente um voto denominacional (PÉREZ GUADALUPE, 2018). Cerqueira do Nascimento (2017) mostra que os candidatos do Partido Republicano Brasileiro, frequentemente considerados o braço político da IURD, obtêm mais apoio nas seções de votação localizadas perto de um templo da igreja, o que sugere uma efetiva campanha denominacional. Da mesma forma, Boas (2018) mostra que a relação entre a proporção da população pertencente a uma igreja específica e a votação nos candidatos dessa igreja tem ampla força para denominações pentecostais, como a AD e, particularmente, a IURD.

Em resumo, embora não haja voto denominacional na América Latina, no sentido de que a religião de um candidato seja o fator determinante para o voto dos fiéis, há uma tendência de que “irmão vote em irmão”. Nesse sentido, ser evangélico pode ganhar alguns votos entre a comunidade de correligionários, mas não todos. E no Brasil, a relação entre religião e voto em candidatos evangélicos se deve principalmente a esforços denominacionais, e não a uma solidariedade evangélica mais ampla.

## Conclusão

Embora os cristãos evangélicos tenham tido notáveis sucessos em algumas eleições recentes, também há ampla variação temporal e transnacional em seu nível de representação eleitoral. Em alguns países, como Brasil e Guatemala, os evangélicos desfrutam de uma forte presença eleitoral há décadas. Em outros, como na Costa Rica, seu sucesso eleitoral é um fenômeno mais recente. Enquanto isso, em lugares como Chile, a representação evangélica sempre foi pequena ou mínima.

Para eleger seus representantes, qualquer grupo recém-chegado à política precisa de três fatores: motivação, janelas de oportunidade e capacidade de obter apoio eleitoral. Por um lado, há uma multiplicidade de fatores que podem explicar a motivação dos evangélicos em participar da política, desde aspectos teológicos a influências externas, mas são aqueles relacionados a ameaças à liberdade de culto e à visão conservadora de mundo que fornecem as justificativas mais robustas para explicar as variações temporais e transnacionais da politização da identidade evangélica na região. Por outro lado, outro grupo de argumentos se concentra no possível efeito que os sistemas eleitoral e partidário têm sobre as oportunidades e a motivação por trás da participação evangélica na política. O refinamento desse tipo de argumento requer o uso de comparações subnacionais e a análise de mudanças nas regras eleitorais e nos sistemas partidários a fim de superar os desafios que persistem nas atuais análises transnacionais. Finalmente, há um acúmulo significativo de evidências de que irmão, sim, tende a votar em irmão na região. No entanto, é necessária uma exploração mais aprofundada desse possível efeito para revelar se essa tendência pode efetivamente ajudar a explicar as diferenças na representação evangélica nos países da América Latina.

## Referências

- BARRERA RIVERA, Paulo. 2006. “Religião e política no Peru pós-Fujimori.” **Civitas** 6, 2: 55-75.
- BELTRÁN, William Mauricio; QUIROGA, Jesús David. 2016. “Pentecostalismo y política electoral en Colombia (1991-2014).” **Colombia Internacional** 91: 187-212.
- BOAS, Taylor C. 2014. “Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional Titles as Voting Heuristics in Brazil.” **Journal of Politics in Latin America** 6, 2: 39-72.
- BOAS, Taylor C. 2016. “Pastors for Pinochet: Authoritarian Stereotypes and Voting for Evangelicals in Chile.” **Journal of Experimental Political Science** 3, 2: 197-205.
- BOAS, Taylor C. 2018. “Evangelicalism, Conservative Parties and Voting Behavior in Latin America.” Trabalho apresentado en la reunión anual de la American Political Science Association, Boston, 30 de agosto-2 de septiembre.
- BOAS, Taylor C. 2020. “Expanding the Public Square: Evangelicals and Electoral Politics in Latin America.” En: Kapiszewski, Diana; Levitsky, Steven R.; Yashar, Deborah J. (Org.), **The Inclusionary Turn: Democracy and Citizenship in Contemporary Latin America**. New York: Cambridge University Press.
- BOAS, Taylor C.; SMITH, Amy Erica. 2015. “Religion and the Latin American Voter.” En: CARLIN, Ryan; SINGER, Matthew; ZECHMEISTER, Elizabeth (Org.), **The Latin American Voter**. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- BOHN, Simone R. 2004. “Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral.” **Opinião Pública** 10, 2: 288-338.
- BRUSCO, Elizabeth E. 1999. “Colombia.” En: SIGMUND, Paul E. (Org.), **Religious Freedom and Evangelization in Latin America: the Challenge of Religious Pluralism**. Eugene: Wipf & Stock.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. 2010. “O projeto político de ‘governo do justo’: Os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal.” **Debates do NER** 11, 18: 39-82.
- CARVALHO, Osiel Lourenço de. 2015. “Pentecostalismo na esfera pública – a participação das Assembleias de Deus na política partidária brasileira.” **Azusa – Revista de Estudos Pentecostais** 5: 137-152.

CERQUEIRA DO NASCIMENTO, Claudia. 2017. “Um estudo sobre a capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus.” Tesis (Doctorado en Ciencia Política), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

CORRALES, Javier. 2018. “A Perfect Marriage: Evangelicals and Conservatives in Latin America.” **New York Times** 17 de enero.

ENCARNACIÓN, Omar G. 2017. “Amid Crisis in Brazil, the Evangelical Bloc Emerges as a Political Power.” **The Nation** 16 de agosto.

FEDIAKOVA, Evguenia; PARKER, Cristián. 2006. “Evangélicos chilenos: ¿Apolíticos o nuevos ciudadanos?” *Sí Somos Americanos: Revista de Estudios Transfronterizos* 13, 1: 120-133.

FEDIAKOVA, Evguenia. 2002. “Separatismo o participación: Evangélicos chilenos frente a la política.” **Revista de Ciencia Política** 22, 2: 32-45.

FEDIAKOVA, Evguenia. 2004. “‘Somos parte de esta sociedad’: Evangélicos y política en el Chile post-autoritario.” **Política** 43: 253-284.

FIGUEROA S., Helwar Hernando. 2016. “El protestantismo colombiano: sus orígenes, luchas y expansión (1856-1991).” **Revista Cultura y Religión**, 10, 1: 66–87.

FOX NEWS. 2014. “New Front In Fight Against Same Sex Marriage? U.S. Evangelical Leaders Turn To Latin America.” Fox News Latino, 12 de agosto.

FRESTON, Paul. 1993. “Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment.” Tesis (Doctorado en Sociología), Universidade Estadual de Campinas.

FRESTON, Paul. 2001. **Evangelicals and Politics in Asia, Africa, and Latin America**. New York: Cambridge University Press.

GASKILL, Newton. 2002. “Power From On High: The Political Mobilization of Brazilian Pentecostals.” Tesis (Doctorado en Ciencia Política), University of Texas, Austin.

LALIVE D’EPINAY, Christian. 1969. **Haven of the Masses: A Study of the Pentecostal Movement in Chile**. Londres: Lutterworth Press.

LEVINE, Daniel H. 1992. **Popular Voices in Latin American Catholicism**. Princeton: Princeton University Press.

LÓPEZ R., Darío. 2004. **La seducción del poder: Los evangélicos y la política en el Perú de los noventa**. Lima: Ediciones Puma, Centro de Investigaciones y Publicaciones (CENIP).

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. 2014. “A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos.” *Dados* 57, 3: 601–631.

MANSILLA, Miguel Ángel; ORELLANA, Luis Alberto. 2016. “Political Participation of Pentecostal Minorities in Chile, 1937–1989.” *Latin American Perspectives* 43, 3: 104–115.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. 1996. “O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor.” En: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (Org.), **A Realidade Social das Religiões no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec.

MORA TORRES, José Enrique. 2010. “The Political Incorporation of Pentecostals in Panama, Puerto Rico, and Brazil: A Comparative Analysis.” Tesis (Doctorado en Ciencia Política), University of Connecticut.

MUNÉVAR MORA, Jorge Gustavo. 2008. “Transformación doctrinal y actitudinal de la participación política de las iglesias cristianas evangélicas en Colombia.” En: Grupo Interdisciplinario de Estudios de Religión, Sociedad y Política, GIERSP (Org.), **Mirada pluridisciplinar al hecho religioso en Colombia: Avances de investigación**. Bogotá: Universidad de San Buenaventura.

MURILLO, Álvaro. 2018. “Evangélicos aportaron 70% de votos de Fabricio Alvarado y 15% en el PAC.” *Seminario Universidad* Feb. 16.

ORTEGA, Bibiana. 2018. “Political Participation of Evangelicals in Colombia 1990–2017.” *Politics and Religion Journal* 12, 1: 17–54.

ORTIZ R., Juan Rodrigo. 2012. “Iglesias evangélicas y política en Chile: 1810–1938.” *Comunidad Teológica Evangélica*, Santiago, Sept. 29.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis. 2017. **Entre Dios y el César: El impacto político de los evangélicos en el Perú y América Latina**. Lima: Konrad-Adenauer-Stiftung / Instituto de Estudios Social Cristianos.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis; GRUNDBERGER, Sebastian (Org). 2018. **Evangélicos y poder en América Latina**. Lima: Konrad Adenauer Stiftung / Instituto de Estudios Social Cristianos.

RODRÍGUEZ RONDÓN, Manuel Alejandro. 2017. “La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética en la política colombiana.” **Sexualidad, Salud y Sociedad** 27: 128–148.

ROSE, Susan D.; BROUWER, Steve. 1990. “The Export of Fundamentalist Americanism: U.S. Evangelical Education in Guatemala.” *Latin American Perspectives* 17, 4: 42–56.

SMITH, Amy Erica. 2019. **Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God**. New York: Cambridge University Press.

SYLVESTRE, Josué. 1988. **Os evangélicos, a constituinte, e as eleições municipais**. Brasília: Editora Papiro.

TUREK, Lauren Frances. 2015. "To Support a 'Brother in Christ': Evangelical Groups and U.S.-Guatemalan Relations during the Ríos Montt Regime." **Diplomatic History** 39, 4: 689–719.

VELASCO MONTOYA, Juan David. 2018. "Colombia: de Minorías Dispersas a Aliados Estratégicos." En: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; GRUNDBERGER, Sebastian (Org.), **Evangélicos y poder en América Latina**. Lima: Konrad Adenauer Stiftung / Instituto de Estudios Social Cristianos.

WILLEMS, Emilio. 1967. **Followers of the New Faith: Culture Change and the Rise of Protestantism in Brazil and Chile**. Nashville: Vanderbilt University Press.

ZÚÑIGA RAMÍREZ, César. 2018. "Costa Rica: el Poder Evangélico en una Democracia Estable." En: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; GRUNDBERGER, Sebastian (Org.), **Evangélicos y poder en América Latina**. Lima: Konrad Adenauer Stiftung / Instituto de Estudios Social Cristianos.